

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2022.

(Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG)

Requer informações ao Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, **Sr. Fábio Faria**, a respeito do impulsionamento, por meio de órgãos oficiais, do acesso da população ao aplicativo Telegram.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do *munus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X da CF), requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, **Sr. Fábio Faria**, a respeito do impulsionamento, por meio de órgãos oficiais, do acesso da população ao aplicativo Telegram.

Entendemos necessário dispor de informações e devidos esclarecidos no que concerne aos seguintes pontos:

- 1) Quais são os provedores de redes sociais e serviços de mensageria instantânea utilizados para comunicação institucional e acesso a serviços públicos oferecidos pelo Ministério e órgãos vinculados? Solicitamos cópias de pareceres técnicos das áreas responsáveis que embasaram a decisão pela adoção de cada provedor.
- 2) Quais foram os critérios adotados e as ações desenvolvidas no sentido de garantia da maior diversidade possível de meios digitais disponíveis à população para acesso a informações institucionais e serviços públicos oferecidos pelo Ministério e órgãos vinculados?
- 3) Especificamente em relação ao Telegram, quais são as justificativas de ordem técnica para inclusão do aplicativo dentre os provedores utilizados para comunicação institucional e acesso a serviços públicos oferecidos pelo Ministério e órgãos vinculados? Solicitamos cópias de pareceres técnicos das áreas responsáveis que embasaram essa decisão.



- 4) Quais as avaliações técnicas e matrizes de risco construídas pelo Ministério e órgãos vinculados no que diz respeito à segurança dos usuários que aderem ao Telegram? Quais medidas foram tomadas para minimizar os riscos identificados? Solicitamos cópia de pareceres técnicos das áreas responsáveis a respeito do tema.
- 5) No caso de utilização de *bots* e oferta de solução de problemas de maneira remota, via Telegram, quais medidas foram tomadas pelo Ministério e órgãos vinculados para sanar deficiências identificadas, aumentar o nível de segurança, prevenir fraudes, garantir a confiabilidade das informações, a privacidade e o anonimato, quando necessário, dos usuários que acessam o aplicativo?
- 6) Os serviços mencionados na questão anterior não poderiam ser ofertados por ferramentas desenvolvidas pelo próprio poder público? Se sim, por quais razões o Telegram vem sendo utilizado? Solicitamos cópia de pareceres técnicos das áreas responsáveis a respeito do tema.
- 7) Tendo em vista seu funcionamento híbrido, que comporta armazenamento de informações em nuvem, quais as precauções e medidas tomadas para garantir segurança, transparência e consentimento expresso de usuários no que se refere ao tratamento adequado dos dados dos cidadãos e cidadãs que vêm sendo direcionados ao Telegram, por meio da oferta no aplicativo de conteúdos e serviços públicos? Solicitamos cópia de pareceres técnicos das áreas responsáveis a respeito do tema.
- 8) O Ministério e órgãos vinculados tiveram conhecimento de documentos emitidos pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) vedando a utilização do Telegram por servidores públicos federais, alegando, dentre outros motivos, que o uso do aplicativo ofereceria riscos potenciais à segurança da informação?
- 9) Como o Ministério e órgãos vinculados se manifestam oficialmente a respeito de avaliações de especialistas em tecnologia, publicadas recentemente pela imprensa, segundo as quais não seria possível dissociar a crescente utilização do Telegram pelo governo federal do fato de o provedor ter se tornado principal reduto de militantes que passaram a ser convocados, pelo próprio presidente da República, a baixar o aplicativo a partir de janeiro de 2021?

## JUSTIFICAÇÃO



De acordo com matéria intitulada *Governo Bolsonaro impulsiona Telegram em órgãos oficiais e deixa riscos*, publicada no dia 19/03, pelo jornal Folha de São Paulo<sup>1</sup>, o governo de federal vem impulsionando o acesso da população brasileira ao aplicativo Telegram por meio de órgãos oficiais, sendo que ministérios e instituições públicas vêm oferecendo a plataforma como um canal para seus serviços, sem as justificativas e os cuidados técnicos pertinentes.

Segundo a reportagem, especialistas em tecnologia questionam essa estratégia, identificando riscos para quem aderir a serviços públicos pelo aplicativo. Conferindo à situação caráter ainda mais grave, os especialistas afirmam também que não é possível dissociar o impulsionamento do fato de o Telegram ser o aplicativo para onde Bolsonaro migrou em janeiro de 2021, convocando seus apoiadores.

No último dia 31/01, a agência Bloomberg, dentre uma série de outros veículos de imprensa, já destacava o fato do Telegram ter-se transformado em peça-chave da campanha de Bolsonaro nas redes<sup>2</sup>. De acordo com a reportagem, para a tentativa de reeleição do atual presidente este ano, o Telegram assumiu o papel que coube ao WhatsApp em 2018, quando a comunicação criptografada de ponta-a-ponta foi um dos trunfos para mobilizar a base de eleitores do então candidato e gerou acusações de ter sido um veículo de disseminação de informações falsas e de ter se beneficiado de disparos em massa financiados ilegalmente por empresários.

Bolsonaro é hoje o líder global com maior número de seguidores no Telegram. No ano passado, o aplicativo foi o mais baixado nas lojas de aplicativos no Brasil. Foi após devidas pressões sobre o WhatsApp que a popularidade do Telegram explodiu, de maneira incentivada pelos membros do governo. Estima-se que ele esteja instalado em metade dos smartphones brasileiros. Ainda nos termos da citada matéria da Bloomberg, as vantagens do Telegram para se comunicar com eleitores são muitas: o aplicativo oferece transmissões unidirecionais que um número ilimitado de pessoas pode seguir. O Telegram também possui grupos públicos e privados onde até 200 mil pessoas podem se comunicar. No que é muito preocupante, também segundo a reportagem, o aplicativo tem regras muito menos estritas sobre moderação de conteúdo do que outras plataformas. Os termos de serviço proíbem a promoção da violência em canais públicos, mas não mencionam nada sobre a promoção da violência ou outros conteúdos em canais ou grupos privados. Segundo pesquisadores, tráfico de armas e de drogas, pedofilia,

1 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/governo-bolsonaro-impulsiona-telegram-em-orgaos-oficiais-e-deixa-riscos.shtm>

2 <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/01/31/como-o-telegram-virou-uma-peca-chave-na-campanha-de-bolsonaro/>



pornografia, grupos neonazistas e muita informação falsa passam por lá.

Na última semana, diante da gravidade dos fatos, o ministro do STF Alexandre de Moraes suspendeu o funcionamento do Telegram no Brasil, alegando, entre outros pontos, que o aplicativo vinha ignorando e demonstrando total desprezo à Justiça brasileira. No dia 20/03, o ministro voltou a permitir o funcionamento, mencionando que a plataforma havia finalmente atendido algumas determinações feitas pelo magistrado, como indicação de representante formal no país e exclusão de postagem realizada no próprio canal de Bolsonaro, que vazara informações sigilosas da Polícia Federal.

O fato é que, apesar das tardias respostas à justiça, o Telegram segue sendo visto pelos pesquisadores como uma das principais preocupações para as eleições de 2022, devido à falta de controles na disseminação de fake news. A ferramenta é amplamente usada pela militância bolsonarista. Causa enorme espanto que, a pretexto de divulgar informações oficiais, o governo esteja oferecendo o Telegram e impulsionando o acesso da população ao aplicativo sem as devidas explicações e salvaguardas técnicas. A inicialmente mencionada matéria da Folha de São Paulo cita declaração de especialista segundo o qual o governo está "colocando o cidadão para dentro da estrutura de desinformação da direita", como se você desse de presente um aparelho de TV para que as pessoas pudessem ver os programas que você vai produzir." Segundo o pesquisador, apesar de o sistema de bots do Telegram ser muito eficiente, tudo que é oferecido pelo governo no aplicativo poderia ser desenvolvido pelo Estado, mas, por alguma razão, os órgãos públicos preferem mandar as pessoas para o Telegram.

A mesma reportagem indica que os especialistas são unânimes em afirmar que o Telegram não é seguro para a prestação de serviços públicos por questões técnicas. O Telegram é híbrido. Envia mensagens e tem o seu sistema de armazenamento em nuvem. Tudo que é postado fica nos servidores, ainda que seja posteriormente apagado. Não é como o WhatsApp, onde os dados são criptografados. Para piorar, não existe clareza sobre como essa massa de informações é resguardada ou utilizada e o aplicativo, ao menos até o momento, não faz moderação do que é publicado.

Já em 21/03, o Jornal O Globo publicou matéria intitulada *Alvo do STF, Telegram tem uso vetado para funcionários no governo federal*<sup>3</sup>, segundo a qual o mesmo governo que impulsiona a adesão da população ao aplicativo adota internamente uma postura que parece corroborar, integralmente, a grave opinião de especialistas a

3 <https://oglobo.globo.com/politica/alvo-do-stf-telegram-tem-uso-vetado-para-funcionarios-no-governo-federal-1-25441462>



respeito da falta de segurança no Telegram. De acordo com documentos obtidos pelo jornal, desde 2021, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) alega que o Telegram é vedado no serviço público federal, dentre outros motivos, "por oferecer riscos potenciais de segurança da informação". Porém, segundo a matéria, a vedação do GSI não se estendeu a contas institucionais. Desde que passou a ter conteúdos considerados fake news excluídos de plataformas como YouTube e Twitter, no ano passado, o presidente Jair Bolsonaro passou a divulgar com mais frequência seu canal no aplicativo de origem russa, o preferido dos bolsonaristas por possuir controles menos rígidos de combate à desinformação. Ministérios e outros órgãos do governo também passaram a usar a ferramenta como um canal de serviços, ainda de acordo com reportagem.

É imperioso que este Congresso Nacional solicite imediatamente ao Poder Executivo os devidos esclarecimentos a respeito do tema em questão. É absolutamente inaceitável que, em pleno ano eleitoral, o governo federal possa estar se utilizando, de maneira indevida, das estruturas e órgãos públicos para, indisfarçadamente e sem justificativas plausíveis, atrair a população brasileira a um aplicativo de mensagens que seria o de predileção política do presidente da República. E mais grave, aplicativo que, caso não altere profundamente seu modo de operação, conforme atestam diversos especialistas e o órgão de segurança institucional do próprio governo, pode oferecer riscos das mais variadas ordens a cidadãos e cidadãs deste país durante sua utilização. Diante do exposto, rogamos deferimento.

Sala das Sessões, em      de março de 2022.

Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG

